1
Introdução

'A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. ' Lei nº 8.212/91, artigo 3º.

No Brasil, desde 1995 o total arrecadado anualmente pelo governo em contribuições para a Previdência Social tem sido inferior ao total de benefícios pagos, gerando um déficit previdenciário de caixa. Tal déficit vem aumentando a cada ano, alcançando um o valor recorde de R$ 42 bilhões no ano de 2006 (11,9% maior que o déficit em 2005 de R$ 37 bilhões), com vistas a aumentar no futuro. Além de apresentar déficits repetidos, a Previdência Social brasileira é cara se comparada mundialmente como pode ser observado na Fig. 1.

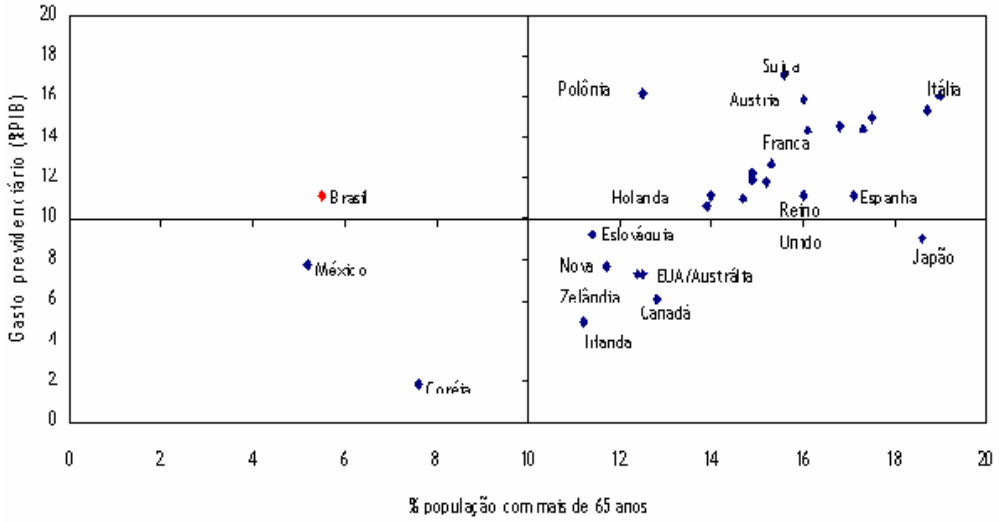

Figura 1 – Gasto previdenciário vs. População com mais de 65 anos
Fonte: CASTELAR, GIAMBIAGI [7]

Vê-se que o Brasil é o único país que ocupa o primeiro quadrante da figura. Isso significa que é o único país que gasta mais de 10% do PIB com previdência, mas a população com mais de 65 anos corresponde a menos de 10% da população total. O Japão, onde quase 20% da população têm mais de 65 anos,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510458/CA

gasta, proporcionalmente ao PIB, menos que o Brasil com previdência! Tal situação ímpar requer uma reflexão sobre o modelo atualmente adotado na Previdência Social brasileira e este trabalho pretende ajudar nesta reflexão.

A Previdência Social brasileira está organizada sob o regime de repartição simples, onde os contribuintes de hoje pagam os benefícios dos atuais aposentados, com solidariedade entre gerações. Já um sistema de capitalização, opção adotada no Chile, por exemplo, se baseia em contas individuais, onde cada contribuinte deposita suas contribuições nesta conta ao longo de sua vida ativa e no momento da aposentadoria, o benefício a ser recebido será o saldo da conta revertido em uma renda vitalícia.

Muitos fatores – principalmente o aumento da longevidade, a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da informalidade dos postos de trabalho – vêm contribuindo ao longo do tempo para que esta dependência entre gerações não mais funcione nas regras tradicionalmente utilizadas, tanto no Brasil quanto em boa parte do mundo. No Brasil, fatores específicos como o fato de ser um país em desenvolvimento, somado a regras benevolentes de concessão de aposentadoria e a incorporação de benefícios assistenciais sob a conta de aposentadoria agravam ainda mais a situação.

No exercício de repensar a Previdência Social brasileira, este trabalho responde a seguinte pergunta: quanto o governo brasileiro necessitaria ter em reservas no final do ano de 2005 para garantir os pagamentos de todos os benefícios ativos àquela data? A resposta utilizando as hipóteses básicas deste trabalho é de quase um Produto Interno Bruto (PIB).

Para se fazer tal conta, hipóteses de cálculo tiveram de ser feitas sobre: estrutura familiar (se o beneficiário (a) possui companheira (o), filhos e a diferença de idades), mortalidade do beneficiário, taxa de crescimento da economia e a inflação futura. Análises de sensibilidade serão feitas sobre cada uma dessas hipóteses. Também a incorporação do aumento da reserva quando o salário mínimo possui crescimento real será incorporado ao cálculo.

A importância do cálculo de tal reserva está na sua habilidade de verificar em valores atuais o quanto que decisões políticas atuais irão influenciar os custos futuros. Isto é feito no setor privado de previdência e tal reserva influenciará diretamente o resultado da empresa. No extremo, caso o governo fosse obrigado a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510458/CA

constituir tal reserva, sua importância seria a de evidenciar o impacto de decisões atuais nos gastos futuros do governo.

Se a reserva aqui calculada é referente aos beneficiários da Previdência Social, faltaria somente o cálculo da reserva referente aos contribuintes ativos para que a Previdência Social tivesse todas as reservas clássicas do setor privado calculadas. Para tal cálculo, informações sobre os contribuintes ativos seriam necessárias, informações estas atualmente não disponíveis publicamente.

Não se tem notícia de um cálculo equivalente no Brasil para tal reserva, e seu ineditismo é a força deste trabalho. No entanto, um exercício semelhante já foi feito para os servidores da União por Mascarenhas [18]. O resultado desse trabalho foi a apresentação do comportamento do déficit do Regime Próprio dos Servidores Públicos Civis da União, em um horizonte de trinta anos, após a reforma previdenciária de 2003. O déficit foi calculado através da subtração do valor presente dos benefícios a serem pagos à população de ativos e aposentados e do valor presente das contribuições efetuadas pela população de ativos.

Esta dissertação será dividida em sete capítulos. O histórico da previdência é mostrado no segundo capítulo até a situação atual da previdência. O terceiro capítulo é destinado às reformas previdenciárias feitas em outros países da América Latina e no Brasil. Os dados a serem utilizados nos cálculos serão apresentados no quarto capítulo. Os resultados obtidos serão apresentados no quinto capítulo e as conclusões do trabalho estarão no sexto capítulo. Bibliografia e anexos completam o trabalho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510458/CA